

ON  
LINE

# 1ª Reunião Preparatória

## 15º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



Poder  
Judiciário

Realização:

CNU

CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

# RELATÓRIO

Brasília/DF 2021



## **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

### **Presidente**

Ministro Luiz Fux

### **Corregedora Nacional de Justiça**

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

### **Conselheiros**

Ministro Emmanoel Pereira  
Luiz Fernando Tomasi Keppen  
Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro  
Rubens de Mendonça Canuto Neto  
Candice Lavocat Galvão Jobim  
Tânia Regina Silva Reckziegel  
Flávia Moreira Guimarães Pessoa  
Ivana Farina Navarrete Pena  
André Luis Guimarães Godinho  
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues  
Maria Tereza Uille Gomes  
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

### **Secretário-Geral**

Valter Shuenquener de Araujo

### **Secretário Especial de Programas**

Marcus Livio Gomes

### **Diretor-Geral**

Johaness Eck

### **Organização: Departamento de Gestão Estratégica (DGE)**

Fabiana Andrade Gomes e Silva  
Pedro Farage Assunção  
Marcos Vinícius Silva Campos  
Fernanda Fleury Brandão  
Natascha Barreto de Almeida Rangel

## **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **Secretária de Comunicação Social**

Juliana Neiva

### **Projeto gráfico**

Marcelo Gomes

2021  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6- CEP: 70070-600

# Sumário

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Introdução.....</b>  | <b>5</b>  |
| <b>Solenidade de Abertura.....</b>  | <b>6</b>  |
| <b>Lançamento do Plano de Comunicação da Estratégia Nacional do<br/>Poder Judiciário 2021-2026.....</b> | <b>7</b>  |
| <b>Programa Justiça 4.0.....</b>  | <b>8</b>  |
| <b>Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2020.....</b>                              | <b>9</b>  |
| <b>Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2020.....</b>  | <b>10</b> |
| <b>Propostas de Metas Nacionais 2022 e Encerramento.....</b>  | <b>11</b> |



# Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, no dia 11 de maio de 2021, a 1ª Reunião Preparatória para o 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário. O evento foi realizado virtualmente como medida de prevenção ao contágio do novo Coronavírus (Covid-19).

O evento contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 1ª Reunião Preparatória teve como objetivo analisar o acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, refletir sobre as políticas e os programas do Poder Judiciário em execução e das Metas para a nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, bem como lançar o Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor, de forma resumida, o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exibe referências, links e imagens dos principais acontecimentos.

O vídeo de apresentação da Reunião e dos respectivos painéis realizados no evento pode ser acessado pelo link: <1ª Reunião Preparatória – 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário>.

# Solenidade de Abertura

A solenidade de abertura foi realizada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luiz Fux; pela presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi; pelo presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Luis Carlos Gomes Mattos; e pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins.

Com a palavra, a ministra Maria Cristina Peduzzi ressaltou que a 1ª Reunião Preparatória para o 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário irá proporcionar reflexões para o planejamento de políticas e programas do Poder Judiciário que irão nortear as metas para a nova Estratégia Nacional no período de 2021-2026. A ministra também apontou o aperfeiçoamento da inovação tecnológica como forma de o Poder Judiciário prestar a jurisdição, assim como a instituição do balcão virtual e do juízo 100% digital como exemplos de mudança e aperfeiçoamento das estratégias de planejamento.

Em seguida, o presidente do Superior Tribunal Militar, Luis Carlos Gomes Mattos, destacou o atual momento como desafiador e carregado de incertezas em razão da pandemia da Covid-19, sendo fundamental haver maior coesão e cooperação entre os tribunais do Poder Judiciário brasileiro. Enfatizou, ainda, que o encontro da 1ª Reunião Preparatória é oportunidade de aperfeiçoamento das ações, políticas e programas em execução, além da possibilidade dos diversos segmentos de justiça adequarem suas metas à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, em consonância com suas especificidades e desafios.

O ministro Humberto Martins proferiu palavras de união pelo melhor da jurisdição, em busca da cidadania. Para o ministro, o ano de 2020 marcou o encerramento de mais um ciclo de planejamento estratégico do Poder Judiciário, o qual teve início em 2015, ressaltando que o CNJ e os órgãos do judiciário brasileiro inauguram novo ciclo ao debater a execução e o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário de 2021 a 2026.

Humberto Martins destacou a Justiça 4.0 como visão inovadora e avançada no mundo cibernético, que abrange a modernidade do hoje. Salientou que a Justiça 4.0 visa a utilização da tecnologia da informação e da Inteligência Artificial para maximizar o acesso à justiça e a eficiência da prestação jurisdicional com menos custos financeiros, trazendo a era digital ao enfrentamento da atual realidade que a pandemia impôs.

Com a palavra, o presidente do CNJ, Luis Fux, discorreu sobre o lançamento do plano de comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, objetivando disseminar o entendimento dos Macrodesafios, indicadores e metas entre magistrados, servidores e colaboradores que atuam na justiça.

Em seguida, o ministro explanou acerca do programa Justiça 4.0 e o classificou como um incentivo ao acesso à justiça digital, aprimorando a prestação da justiça por meio de projetos e ações desenvolvidas para uso colaborativo de produtos que empregam ciência de dados e inteligência artificial. Ressaltou, também, que o foco do programa é a entrega de serviços jurisdicionais de alta qualidade e sintonizados com as demandas da sociedade.

Por fim, o ministro Luis Fux destacou o lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2021 e finalizou enfatizando sobre a importância da 1ª Reunião Preparatória para o êxito do Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorrerá no final do ano. Salientou, também, que no Encontro Nacional serão votadas as Metas Nacionais para 2022, representando o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e declarou que, a cada dia, está se construindo um judiciário mais eficiente e acessível.



Solenidade de Abertura

# Lançamento do Plano de Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

Posteriormente à solenidade de abertura, compuseram a mesa, para apresentação do lançamento do Plano de Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, a conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, o Secretário-Geral Valter Shuenquener de Araújo e o Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Marcus Livio Gomes.

Com a palavra, a conselheira Tânia Reckziegel discorreu sobre o processo de execução da Estratégia Nacional, ressaltando a importância de que todos compreendam o seu papel para o alcance dos Macrodesafios que foram firmados, sendo consequência da missão institucional do Judiciário. Com o objetivo de disseminar os componentes da Estratégia Nacional, destacou o lançamento da campanha da Comunicação da Estratégia dos Judiciário 2021–2026. Ressaltou também a importância do apoio das unidades de comunicação de todos os órgãos para alcançar o resultado que se espera da programação da Estratégia.

O secretário-geral do CNJ comentou sobre o lançamento do Plano de Comunicação da Estratégia, informando que, ao longo do processo de reformulação da Estratégia, realizada no ano passado, os membros da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário solicitaram, ao CNJ, a coordenação de ação de comunicação no Planejamento Estratégico Nacional. Assim, a campanha resulta da demanda dos próprios órgãos com intuito de se ter uma boa execução da Estratégia Nacional do Judiciário no período de 2021 a 2026.

Dessa forma, segundo o secretário-geral, a campanha é o primeiro passo para fortalecer os canais de comunicação e terá impacto não só para o público interno, mas para toda sociedade que utiliza os serviços do Poder Judiciário. Portanto, os materiais que serão disponibilizados têm objetivo tanto para alcançar público interno promovendo engajamento, noção de responsabilidade, compromisso com os Macrodesafios, quanto também para o público externo, pois terão condições de trazer a compreensão das ações realizadas e sua relação com a estratégia.

Com a palavra, o secretário especial de Programas Pesquisas e Gestão Estratégica comentou sobre o alinhamento institucional interno, o qual conseguiu atingir a inclusão da Estratégia da Comunicação Institucional dentro da Estratégia Nacional para o período 2021-2026 e ressaltou a importância da colaboração com essa iniciativa, enviando sugestões, de forma que cada vez mais esteja aderente a todos os tribunais do Brasil.

Logo após, o secretário apresentou o mapa dos Macrodesafios do Poder Judiciário relacionado com a estratégia de comunicação e destacou os Selos dos Macrodesafios que foram preparados de forma a uniformizar e harmonizar a comunicação social do Poder Judiciário, os quais poderão ser utilizados em matérias, documentos, páginas, site e intranet, além de demais materiais internos de divulgação de cada órgão, criando marcas que serão dos processos internos de trabalho.



Lançamento do Plano de Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

# Programa Justiça 4.0

Em seguida, compuseram a mesa para apresentação do lançamento da Justiça 4.0, o conselheiro Marcos Vinícius Rodrigues, o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Gestão Estratégica, Dorotheo Barbosa Neto, e o diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e da Comunicação, Thiago de Andrade Vieira.

Com a palavra, o conselheiro Marcos Vinícius anunciou o lançamento do Programa Justiça 4.0, informando que o programa surgiu da parceria entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O conselheiro salientou que o programa viabiliza a concretização do quarto eixo da atual gestão do Conselho Nacional de Justiça com uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias em inteligência artificial.

Com a palavra, o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Gestão Estratégica, Dorotheo Barbosa discorreu sobre o programa Justiça 4.0 como transformação digital do Poder Judiciário. Segundo o juiz auxiliar, apesar da verdadeira revolução gerada por uma crise a qual o Poder Judiciário está passando, surgiram grandes soluções, como: o DataJud, a PDPJ, o Juízo 100% Digital e o Balcão Virtual como produtos que buscam a eficiência do Poder Judiciário.

Segundo o juiz auxiliar, o Programa Justiça 4.0 tem estreita relação com os valores que pautam as atividades da justiça brasileira como estabelecido na Estratégia do Judiciário 2021-2026. A partir de cinco eixos, o Conselho Nacional de Justiça ao coordenar o programa, observa o plano estratégico construído com todos os demais órgãos do Poder Judiciário e seus projetos e ações caminham ao encontro dos desafios da justiça brasileira firmados para os próximos seis anos, tendo diversos produtos em cada um desses eixos.

O juiz auxiliar acrescentou que, no ano de 2021, será realizada a modularização de serviços e ferramentas para a plataforma digital do Poder Judiciário, que é composta por um conjunto de aplicações e microserviços, que devem funcionar de forma harmônica para padronizar o acesso ao trâmite processual, a troca de dados e a interação de diversos sistemas, favorecendo a centralização e o acesso por todos. E ressaltou também que umas das prioridades do Programa Justiça 4.0 é tratar, aprender e fomentar a utilização do DataJud.

Por fim, o diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e da Comunicação ressaltou a importância da estratégia de processo eletrônico e da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) como consolidação de soluções unificadas em sistemas processuais para utilização compartilhado no Poder Judiciário.

O diretor informou, ainda, que o Conselho Nacional de Justiça entregará os serviços estruturantes e a marketplace de acesso aos serviços negociais de plataforma digital para que os sistemas processuais possam se adequar. Declarou, também, que as entregas são frutos de iniciativas já implantadas nos tribunais, as quais foram consolidadas para construção de serviços comunitários, colaborativos, únicos, em que todos os órgãos do Poder Judiciário tornam-se o impulso da estratégia.



Apresentação do Programa Justiça 4.0



# Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020

Para a apresentação do Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, foram convidados a compor a mesa a juíza auxiliar da Presidência e Coordenadora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ, Dayse Starling, e a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Andrade Gomes e Silva.

O painel teve por objetivo realizar a apresentação dos dados contidos no Relatório de Acompanhamento da Estratégia Nacional 2020 e dos resultados das Metas Nacionais 2020, os quais possuem a finalidade de verificar o desenvolvimento e os resultados de projetos que tenham causado maior impacto para o alcance dos Macrodesafios e os fatores que impactaram no cumprimento das Metas Nacionais.

A juíza auxiliar Dayse Starling iniciou sua exposição discorrendo sobre as importantes ferramentas de diagnóstico e monitoramento das metas do Poder Judiciário, no qual se obtêm dados importantes que ajudam a compreender a percepção dos tribunais e dos integrantes em relação à Execução Estratégica Nacional.

Em seguida, a juíza auxiliar divulgou os dados do Acompanhamento da Estratégia Nacional no ano de 2020 e a percepção da Execução da Estratégia Nacional Ciclo 2015-2020, obtidos por meio da aplicação do Questionário de Avaliação da Estratégia Nacional. Ressaltou também a grande preocupação em relação ao desempenho das Metas Nacionais advindos da adaptação da nova realidade provocada pela pandemia.

Com a palavra, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Andrade Gomes e Silva, apresentou os resultados do desempenho dos tribunais quanto ao cumprimento das Metas e informou que esses resultados se encontram no Relatório de Desempenho das Metas Nacionais 2020, publicado no portal CNJ. A diretora ressaltou a importância de executar a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, observando os Macrodesafios, e salientou que, por meio dos questionários e do cumprimento das Metas e dos indicadores de desempenho da Estratégia Nacional 2021-2026, será possível monitorar o movimento que os órgãos realizam para cumprir os objetivos estratégicos e para realizar a missão que é realizar justiça.

A diretora acrescentou que, ao longo do período de 2015 a 2020, foram aplicados quatro questionários de monitoramento da Estratégia Nacional e ressaltou a importância do envio das respostas pelos órgãos, para que assim possa subsidiar na condução e execução da Estratégia Nacional 2021- 2026.



Apresentação do Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020

# Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Para a premiação do Prêmio CNJ de Qualidade, foram convidadas a compor a mesa a juíza auxiliar da Presidência e Coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Ana Lúcia Andrade de Aguiar, e a Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares.

Com a palavra, a juíza auxiliar da Presidência e Coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ declarou que o Prêmio CNJ de Qualidade é uma forma de reconhecer o esforço e o trabalho de excelência que os tribunais realizaram durante todo ano. Ressaltou também que, no final do ano passado, foi lançado formulário, pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), solicitando sugestões, as quais foram relevantes para ajudar a aprimorar o prêmio deste ano.

A diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares, apresentou brevemente as principais mudanças, a composição da premiação e da nota, ressaltou a intenção de não criar mudanças que dificultassem os tribunais, trazendo, portanto, critérios objetivamente fáceis, mensuráveis e com segurança para conseguir colocar nos painéis de controle, de saneamento e de verificação dos dados.



Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2021

# Propostas de Metas Nacionais 2022 e Encerramento

Compuseram a mesa para a apresentação das Propostas de Metas Nacionais 2022, o conselheiro do CNJ e presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, Luiz Fernando Tomasi Keppen, e o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Marcus Livio.

O conselheiro Luiz Fernando Keppen iniciou sua exposição afirmando que a Reunião Preparatória tem como objetivo iniciar as discussões entre o Conselho e os órgãos do Poder Judiciário sobre a Execução e o Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, passando pela discussão das propostas de Metas Nacionais para 2022. O conselheiro comentou também que as Metas Nacionais representam compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviços céleres, com eficiência e qualidade.

O conselheiro também observou que as metas sugeridas pelo Conselho Nacional de Justiça são elaboradas de forma detalhada, inclusive com os respectivos glossários, para que os tribunais possam debater e analisar a viabilidade antes de submetê-las ao Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorrerá no final deste ano.

Esclareceu que a comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento deliberou por divulgar o resultado do cumprimento das metas de forma global em relação a todo o judiciário, por entender inadequado que, em ano de anormalidade causada pela pandemia, os tribunais fossem comparados entre si ou com períodos anteriores, evitando, assim, uma exposição desnecessária dos tribunais que tivessem de enfrentar situações mais ou menos adversas.

Por fim, o conselheiro finalizou declarando que a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento continua atenta às consequências do cenário pandêmico sobre as atividades dos tribunais e deverá elaborar diretrizes sobre o cumprimento das metas ao longo deste ano.

Com a palavra, o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Marcus Livio, salientou que o Judiciário brasileiro vem se consolidando na gestão por resultados voltados por uma administração moderna que resulta no aperfeiçoamento contínuo dos seus serviços. O secretário reforçou a necessidade de se refletir a respeito das propostas de Metas Nacionais, que são grandes direcionadoras que impulsionam a justiça para melhoria da prestação jurisdicional, garantindo que se concretizem os objetivos, a missão e o desejo de estar cada vez melhor daqui a seis anos.

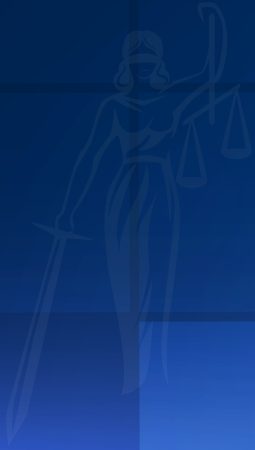
O secretário salientou que o CNJ apresentará propostas de Metas Nacionais, de forma mais adiantada, a fim de facilitar a análise e o debate no âmbito dos tribunais e nos respectivos segmentos de Justiça e enfatizou que, para o ano de 2022, é preciso focar em prioridades e rever metas que possuam algum grau de inconsistência em seus dados ou que já encontrem superados os desafios. Em relação a novas propostas de Metas, foram apresentadas sugestões para que os órgãos discutam internamente sobre os temas:

- Metas relativas à Infância e à Juventude; e
- Transformação digital no Poder Judiciário.

Subsequentemente, o conselheiro Luiz Fernando Keppen encerrou a 1ª Reunião Preparatória do Poder Judiciário, agradeceu a presença dos participantes e enalteceu a participação e o envolvimento de todos. Agradeceu, ainda, o apoio incondicional do ministro Luís Fux para com a reunião e para a realização do 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário.



Apresentação das Propostas de Metas Nacionais 2022 e encerramento



Poder  
Judiciário

Realização:

**CNU**

CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

